

Falta pouco para sair o novo empréstimo jumbo

A missão do FMI deve acertar o novo acordo, hoje, com Delfim. A seguir, os banqueiros internacionais liberarão o novo empréstimo de US\$ 3,5 bilhões.

O governo brasileiro espera definir, esta semana, o ajuste do balanço de pagamentos deste ano com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e os banqueiros estrangeiros. Ontem, os técnicos do FMI mantiveram novos contatos com o chefe do Departamento econômico do Banco Central, Alberto Furguê e, hoje, terão o encontro decisivo para a definição do segundo adendo à carta de intenções do Brasil ao fundo, com os ministros do Planejamento, Delfim Neto, e da Fazenda, Ernane Galvêas, e ainda o presidente do Banco Central, Carlos Geraldo Langoni. Desde a última quinta-feira, também está em Brasília o chefe do subcomitê de economia do Comitê de Assessoramento da Dívida Externa Brasileira, Douglas Smee, economista do Banco de Montreal.

Após o esperado acerto com o FMI, que deve acontecer hoje ou amanhã, de acordo com a expectativa do governo brasileiro, o comitê de assessoramento da dívida poderá ter sua primeira reunião formal, já na próxima quarta-feira, como afirmou Galvêas. Por isso, Smee retornou a Brasília, em sigilo, para analisar o pacote baixado pelo Conselho de Segurança Nacional, na semana passada, e também para obter os termos do entendimento do Brasil com o FMI.

O desfecho positivo das complexas negociações com o FMI servirá, na opinião do presidente do Banco do Brasil, Oswaldo Colín, para "incutir confiança" nos credores externos e quebrar "a tensa expectativa" do mercado financeiro internacional. Após a aprovação da política econômica pelos "auditores" do FMI, o comitê de assessoramento,

presidido pelo vice-presidente do Citibank, William Rhodes, deverá obter a adesão geral dos bancos internacionais ao novo empréstimo-jumbo de US\$ 3,5 bilhões, ainda indispensável para o fechamento das contas externas deste ano.

Apesar da pressa do lado do governo brasileiro, a missão do FMI não alterou a sua rotina de se preocupar com detalhes e de exigir dados específicos que, muitas vezes, o próprio governo não tem de imediato. Os técnicos do FMI seguem as instruções de levar a Washington um acordo bem amarrado, para que não haja novos adendos à carta de intenções, e, a partir destas recomendações, eles não compartilham da certeza brasileira de que os trabalhos da atual missão terminarão amanhã.

"Não houve divergência"

Entretanto, ver o fim do trabalho parece ser um desejo comum entre o governo brasileiro e os integrantes da missão do FMI, que não param um só minuto, nem mesmo aos sábados e domingos. Neste fim de semana, o diretor da divisão Brasil do Fundo, Thomas Reichmann, disse em Brasília que espera que o ministro Delfim Neto "esteja certo", e que "as negociações se encerrem mesmo, definitivamente, na segunda ou terça-feira".

Reichmann e os economistas John Lipsky, Ana Maria Jul e Joris Buyse passaram todo o sábado reunidos com técnicos do Departamento Econômico do Banco Cen-



tral, conferindo listagens estatísticas. Embora tenha concordado com as declarações do ministro Ernane Galvêas, de que as negociações, a nível político, já estavam definidas, Thomas Reichmann negou que tenham ocorrido sérias divergências entre o FMI e o governo brasileiro para a avaliação da economia do País.

— A economia é a mesma em qualquer parte, e o que existe é apenas uma diferença de metodologias. O FMI tem uma metodologia única para estudar todos os casos, pois nós ficaríamos loucos se fôssemos trabalhar com os métodos de cada um dos 140 membros do Fundo — afirmou.

Déficit: novo teto.

O ministro da Fazenda, Ernane Galvêas, revelou neste fim de semana que o novo teto de expansão do déficit do setor público, este ano, já está acertado com o FMI, e deverá atingir Cr\$ 18,5 trilhões. Isso significa um acréscimo de Cr\$ 9,7 trilhões ao teto de expansão de Cr\$ 8,8 trilhões, que havia sido estabelecido com o FMI em fevereiro, após a maxidesvalorização de 30% do cruzeiro.

O Brasil não conseguiu cumprir o compromisso estabelecido no acordo firmado com o FMI no começo do ano, através do qual o déficit público seria limitado, em 83, a 8,8% do Produto Interno Bruto (PIB), sempre com tetos trimestrais fixos em cruzeiros. A meta estourou já no primeiro trimestre, quando o déficit atingiu Cr\$ 3,7

trilhões, quando não poderia passar dos Cr\$ 2,8 trilhões.

Para a assinatura do novo acordo, utilizando desta vez outra metodologia, o FMI insistia numa projeção de queda de 3,5% do PIB deste ano, o que significaria um teto menor para o déficit público. Mas as autoridades brasileiras mantiveram a proposta de crescimento zero do PIB, finalmente aceita pelo fundo. Em contrapartida, ficou acertado que o teto de expansão do déficit público seria limitado a 2,9% do PIB (proposta do FMI) e não a 3,4%, como pretendia o governo brasileiro.

Reunião importante

Depois de amanhã, reúne-se em Brasília o Conselho Monetário Nacional (CMN), para homologar a revisão do orçamento monetário, que fixará uma expansão da moeda em 90% para uma inflação prevista de, no mínimo, 130%. O ministro Ernane Galvêas, no entanto, afirmou que só hoje será possível saber se o novo orçamento estará fechado até o dia da reunião. Por outro lado, técnicos da Fazenda garantiram que não será adotada, na reunião do CMN, nenhuma medida adicional ao pacote divulgado quarta-feira passada.

